

Êxodos, Refúgios e Exílios: Colombianos no Sul e Sudeste do Brasil

FACUNDO, Á. *Êxodos, Refúgios e Exílios: Colombianos no Sul e Sudeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2017. 388 p.

Por Flávia Rodrigues de Castro¹

O trabalho de Ângela Facundo, resultado de sua tese doutoral que recebeu o Prêmio Gilberto Velho de Teses da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 2016, parte de uma perspectiva etnográfica refinada das práticas e políticas de gerenciamento das populações refugiadas no Brasil, com uma análise local e situada a partir das experiências dos sujeitos oriundos da Colômbia em situação de refúgio no Rio de Janeiro, em São Paulo e no Rio Grande do Sul. A escolha narrativa da autora permite uma análise crítica das histórias de deslocamento e das interações entre os diversos atores no campo, sem deixar de considerar as interligações entre o global e o local, bem como sem ocultar seu próprio lugar de reflexão e privilégio enquanto pesquisadora que tece seus recortes, acessos e redes de afeto no processo etnográfico. Ângela Facundo explora, assim, de maneira minuciosa, as diversas etapas e os múltiplos encontros que realizou em seu trabalho de campo, com o cuidado necessário em guiar o leitor pelas teias estabelecidas nos caminhos da pesquisa.

Com o objetivo de dar conta dos variados encontros entre nacionais colombianos e diferentes agentes do Estado, de organizações não governamentais e de agências internacionais, a obra insere-se em um esforço crítico de análise sobre processos de governança e gerencia-

mento dos sujeitos, constantemente produzidos enquanto refugiados e diferenciados da categoria de migrantes. Desfazendo a popular imagem do Brasil como país acolhedor em relação ao *outro* estrangeiro, a autora procura refletir sobre a transformação do cenário de deslocamento forçado na Colômbia em um contexto precário de sujeitos administrados que, ao contrário dos discursos oficiais, apresentam suas próprias narrativas de desamparo e insatisfação a partir de diversos locais e momentos das suas trajetórias individuais no país. Neste esforço fundamental de reflexão sobre as contradições que cercam as práticas do refúgio no Brasil, a obra apresenta também as dinâmicas complexas que envolvem as estratégias humanitárias e de segurança nacional que se relacionam para produzir as figuras das vidas dignas de serem salvas pelo estatuto do refúgio e aquelas que precisam ser contidas por não representarem um sofrimento merecedor de reintegração à ordem nacional por meio deste mesmo estatuto.

A pesquisa que serve de base ao trabalho de Ângela Facundo foi desenvolvida entre os anos de 2011 e 2013 a partir de duas formas diferenciadas e específicas de refúgio geridas pelo governo brasileiro – o refúgio por elegibilidade e o programa de reassentamento solidário. O primeiro deles, regido pela Convenção de Genebra de 1951, pelo Protocolo de 1967, pela Lei brasileira n. 9.474/1997 e por outras normativas de proteção, é composto por uma série de princípios e mecanismos jurídico-administrativos que estabelecem os critérios e procedimentos para a determinação da condição refugiada e, assim, para a concessão do estatuto do refúgio. Já o segundo, o programa de reassentamento solidário, é incorporado por meio da chamada Declaração e Plano de Ação do México para fortalecer a proteção internacional dos refugiados na América Latina. Sendo uma das três soluções duradouras estabelecidas pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), este programa oferece aos sujeitos, já oficialmente reconhecidos como refugiados e sem integração bem-sucedida em determinado Estado, a possibilidade de uma nova integração em outro país.

A obra está dividida em quatro partes, sendo cada uma delas composta por diferentes capítulos. A primeira parte aborda o universo institucional do refúgio com a busca pela autora em apresentar as políticas de proteção no Brasil, especialmente aquelas voltadas aos nacionais colombianos, mas sem deixar de traçar um panorama mais completo da estrutura institucional no país, com seus diferentes atores e programas de assistência e proteção. Do ponto de vista teórico-crítico, esta primeira parte traz ainda uma reflexão acerca do refugiado enquanto um problema a ser gerenciado e sobre o qual se deve intervir a fim de criar imagens positivas dos sujeitos administrados que reverberem também sobre a imagem do Brasil enquanto Estado grandioso e receptivo. Fazendo uso dos números produzidos sobre o deslocamento dos nacionais colombianos e sobre os refugiados em território brasileiro, a autora também busca discutir, inspirada por Michel Foucault (1976; 1981; 2008) e Edward Said (2003), as relações de poder que perpassam este universo e que fazem com que uma base documental seja criada e se torne um acervo-chave contendo discursos e visões hegemônicas sobre fronteiras e mobilidade com os quais os pesquisadores precisam dialogar antes de tecer reflexões sobre o tema.

A segunda parte da obra está voltada à discussão sobre os processos administrativos por meio dos quais os sujeitos são produzidos como refugiados ou reassentados. Com a preocupação e o cuidado minuciosos, Ângela Facundo aborda detalhadamente as diversas etapas dos processos pelos quais os sujeitos devem passar a fim de que sejam reconhecidos (e produzidos) como refugiados ou reassentados, dando especial atenção às tecnologias de governo dessas populações. Nesse cenário composto por um emaranhado de técnicas e procedimentos de gestão, a autora aborda diferentes momentos e formas de interação entre os atores no campo, enfatizando não apenas os processos de administração dos sujeitos, como também suas próprias estratégias de resistência e subversão à vida administrada.

Na terceira parte, a autora aborda os regimes narrativos que se constituem como fundamentais nos processos do refúgio por elegibilidade, buscando trazer para o centro de sua análise as diferentes práticas pelas quais histórias verdadeiras de refúgio são produzidas como modelos ideais contra os quais diversos testemunhos dos solicitantes de refúgio são contrastados e avaliados. Valendo-se da perspectiva foucaultiana, Ángela Facundo procura refletir sobre os processos de construção da verdade como base moral e administrativa nas análises das solicitações de refúgio, sem deixar de levar em conta as práticas de diferenciação entre categorias de sujeitos móveis, especialmente no que tange à distinção produzida entre a figura do refugiado e aquela do migrante econômico. Sem pretensões totalizantes, mas dedicando amplo esforço sobre diferentes dinâmicas dos regimes narrativos do refúgio por elegibilidade, a autora analisa criticamente os espaços de encontro e diálogo entre os solicitantes de refúgio e os agentes de proteção (seja do Estado, seja das organizações representantes da sociedade civil).

A quarta e última parte da obra toma o tempo enquanto categoria básica de análise, fazendo uso da perspectiva teórica de Edward Said (2001) para analisar o processo existencial do exílio, por um lado, e a experiência administrativa do refúgio, por outro. A autora busca analisar, assim, não somente os ritmos específicos da gestão e distribuição dos recursos nos processos de administração dos sujeitos refugiados, mas também o que chama de tempos existenciais dos mesmos em contraposição aos tempos burocratizados da rotina de gestão das vidas. Neste contexto, Ángela Facundo também propõe a ideia do tempo enquanto categoria de conotação civilizatória, buscando refletir sobre a suposta proximidade cultural dos nacionais colombianos em contraposição ao *outro* mais radicalmente diferente da figura do nacional brasileiro. Por fim, a autora movimenta, ainda, outra discussão baseada na categoria do tempo para analisar a perspectiva do refúgio enquanto situação provisória e a visão do reassentamento enquanto

cenário duradouro, refletindo criticamente sobre a ideia do processo de refúgio como processo em andamento até a incorporação final dos sujeitos pelo Estado – em uma prática de formação estatal que culminaria na produção de descendentes e gerações futuras completamente integráveis. Nesta última parte, a reflexão sobre o tempo enquanto categoria de análise traz, ainda, a potencialidade de um debate crítico e diferenciado sobre a imagem oficial do refúgio como salvação, por meio do humanitário como ação emergencial para salvar vidas, e as concepções dos refugiados que percebem sua situação como uma “morte lenta” (p. 37) ou como continuação (em alguma medida diferenciada) das condições que motivaram a fuga.

A fim de manter minimamente a estrutura narrativa proposta e a forma como os argumentos são apresentados, buscarei expor aqui alguns pontos que considero centrais nas discussões levantadas pela autora em cada parte da obra, engajando também possibilidades de debates críticos. Logo de início, chama atenção na perspectiva teórica de Ángela Facundo a visão da categoria do refugiado não como uma condição ontológica dada *a priori*, mas como uma figura construída e produzida através de múltiplos – e complexos – processos de administração das vidas em deslocamento. Neste quadro de construção, o sujeito refugiado é produzido essencialmente como um problema social a ser gerenciado, como uma anormalidade dentro da ordem nacional, e que, por isso, precisa ser objeto de intervenção. Fazendo uso da perspectiva de Lisa Malkki (1995), a autora salienta a concepção de que o refúgio torna-se um campo fértil para a necessidade de identificação do problema nos corpos e nas mentes das pessoas deslocadas, “e não na opressão política ou na violência que produzem os deslocamentos de populações nos territórios” (p. 45). Tal produção do refúgio enquanto anormalidade abre caminho para que os sujeitos refugiados sejam pensados a partir de uma ideia de marginalização que comporia suas existências, uma vez que seriam vistos como sujeitos à margem da ordem nacional no momento em que

deixam a suposta proteção de seus Estados. A partir disso, torna-se possível conceber os refugiados como aqueles que necessitam de reintegração à normalidade nacional da vida a fim de que, seja possível restabelecer seu acesso a direitos através de uma cidadania mais eficaz do que aquela desfrutada no Estado que originou a fuga.

A discussão sobre o refúgio enquanto anormalidade marginal que traz a figura do refugiado como sujeito à deriva até sua reincorporação a outra ordem nacional é realizada, ao longo dessa primeira parte, em diálogo direto com a perspectiva de Judith Butler e Gayatri Spivak (2007). Através dessa conversa crítica, Ángela Facundo coloca em evidência a ideia problemática do refúgio como uma situação de ausência de ordem que permite omitir o fato de que “as populações que se tornam refugiadas ou apátridas estão o tempo todo sob o controle do poder do Estado” (p. 46). Nesse sentido, não há um cenário no qual o refúgio poderia ser caracterizado como estado de abandono, tendo em vista que existe, mesmo nessa situação, um exercício de poder que mantém a condição de espólio e precariedade planejada dos sujeitos administrados. Mais do que isso, e ainda dialogando com Butler e Spivak (2007), há um exercício de poder permanente que, antes mesmo do deslocamento, prepara determinados sujeitos para seu espólio – sujeitos esses produzidos como vidas que importam menos tendo em vista a interseccionalidade de categorias como gênero, raça e classe, que fazem parte da ordem nacional e do conjunto de poderes de Estado. Tendo isso em mente, é possível questionar, como o faz a autora, a relação estabelecida entre solicitantes de refúgio e agentes estatais que parte da premissa de que a condição dos primeiros é de total espólio por uma condição de abandono característica do refúgio. Com base nesta premissa, a reincorporação à ordem nacional através de uma nova cidadania se apresenta como uma mensagem de salvação e de generosidade por parte do Estado acolhedor, gerando a produção de uma série de obrigações para o refugiado – inclusive da ordem do afeto e de sentimentos como a gratidão (MOULIN, 2009).

Como elemento também fundamental desta primeira parte da obra de Ângela Facundo, temos a exposição (e crítica) do quadro institucional do refúgio no Brasil, permitindo ao leitor não só uma compreensão mais ampla das estruturas, atores e processos envolvidos nos programas de refúgio, mas também visões complexas acerca das relações de poder que se desenvolvem neste cenário. Com o trabalho da autora é possível refletir sobre o exercício de poder não como algo unidirecional, operado pelo Estado sobre os sujeitos administrados, mas como uma teia de relações entre múltiplos atores (que também incluem os solicitantes de refúgio e refugiados) que perpassam alguns ‘mitos fundacionais’ (WEBER, 1982). Em outras palavras, abre-se espaço para repensar diferentes relações de poder entre os atores no campo que contribuem não somente para reafirmar a autoridade estatal sobre os sujeitos, mas também (e talvez principalmente) para manter a autoridade de outras instituições e atores não governamentais que operam a partir de um discurso do dever moral e da política do afeto. Assim, as instituições representantes da sociedade civil no processo brasileiro do refúgio por elegibilidade podem operar sob a lógica de fortalecimento das imagens fundacionais do seu trabalho de proteção e atendimento à população refugiada, mantendo uma “autoridade sobre as práticas do refúgio que deriva não apenas de uma leitura moral de bondade e entrega sobre suas ações, mas também de um forte vínculo afetivo com os demais agentes envolvidos na comunidade a qual ela pertence” (p. 74). Deste quadro institucional do refúgio resulta uma confusão planejada, com múltiplas formas e relações de poder entre os atores, que permite estabelecer o que Ângela Facundo, inspirada por Foucault (1976), chama de uma série de maneiras de governar os sujeitos.

A discussão proposta pela autora tem continuidade a partir da análise e do detalhamento do refúgio por elegibilidade e por reassentamento, com suas etapas, processos administrativos e atores envolvidos. Dentro desse quadro geral, em grande medida já levan-

tado aqui inicialmente, a autora delinea aquilo que chama de “o processo de solicitação” (p. 141), que diz respeito não somente ao processo burocrático de uma solicitação de refúgio, mas especialmente a uma configuração mais ampla e dinâmica em que múltiplos atores constroem suas relações baseados no comportamento e na ação uns dos outros. No seio desse processo teríamos, então, uma miríade de conexões que envolvem não apenas os cálculos de contenção das organizações humanitárias e governamentais no que diz respeito aos sujeitos que podem ser produzidos como refugiados, mas também as resistências dos solicitantes e pessoas administradas que fazem uso de brechas para modificar o processo. Assim, se, por um lado, podemos refletir sobre a seleção das vidas a serem salvas por meio do estatuto do refúgio e através da contenção do *outro* indesejado, por outro, podemos pensar também sobre as táticas de resistência dos sujeitos administrados que desestabilizam de alguma maneira as relações que permeiam o chamado processo de solicitação. Mesmo neste espaço de resistência, porém, e em sintonia com a perspectiva foucaultiana, há um esforço constante por parte dos agentes das organizações que buscam gerenciar o sistema de proteção e acolhida em “definir previamente as gramáticas possíveis da resistência” (p. 145). Nesse sentido, reafirma-se a política do afeto e do humanitário como forma de relação com o solicitante e o refugiado, enquanto busca-se restringir as maneiras de interação entre os sujeitos administrados a fim de que, com isso, seja possível seguir um roteiro previamente planejado do processo de solicitação.

Já na discussão sobre o refúgio por reassentamento, Ângela Falcundo nos leva a refletir sobre seu caráter particular que evidencia não a existência de um direito, mas sim de um benefício concedido a determinados refugiados a partir das decisões tomadas pelo novo Estado de acolhida e pelo primeiro país de refúgio. Nesse contexto, podemos perceber o reforço de uma gramática estatal que opera sob a forma da compaixão e da caridade, reafirmando por meio do dis-

curso oficial e das interações diárias a perspectiva do reassentamento enquanto ferramenta a ser empregada para distribuir o peso das responsabilidades de acolhida e assistência entre os Estados. Mais do que isso, emerge no seio do refúgio por reassentamento à perspectiva de uma verdadeira “Missão de Seleção” (p. 165) por meio da qual se opera a salvação de determinadas vidas (indicadas pelos poderes estatais dispersos) e reafirma-se o que Foucault (1988) denominou de poder pastoral. Conforme nos diz Facundo em sua interpretação foucaultiana, este poder emerge com o objetivo de garantir a salvação dos indivíduos no outro mundo, “como um poder que deve estar disposto a se sacrificar pela salvação do rebanho; que, além disso, não se preocupa somente com a coletividade, mas também com o indivíduo” (p. 166). Poderíamos afirmar, assim, a operação desse poder pastoral através de práticas de seleção que estão em conformidade com aquilo que Didier Fassin (2007) denominou de “política da vida”, ou seja, a formação de hierarquias que operam sob a lógica da seleção de qual existência é possível ou legítimo salvar.

Neste quadro do refúgio por reassentamento, trabalhado pela autora principalmente a partir das experiências colombianas no Brasil, há um reforço da gramática oficial de salvação das vidas através do cuidado caritativo a ser exercido sobre os sujeitos vistos enquanto vítimas necessitadas de proteção. Nesse sentido, “o critério para a mobilidade dos refugiados não pode ser o desejo e a vontade das pessoas, mas a autoridade do ACNUR, baseada na sua competência técnica, para salvar os sujeitos que se tornaram meramente vítimas” (p. 173). Este processo de seleção desenvolve-se, assim, de maneira a sustentar a perspectiva não somente da falta de agência dos sujeitos refugiados, reconhecidos como vítimas passivas, mas também da mobilidade humana como um fluxo legitimado a partir do poder estatal de decisão e, por isso, submetido a ele. Constrói-se, nesse cenário, o refúgio por reassentamento como “prática de governança” (p. 191), permitindo o testemunho da dor e do trauma somente a partir de uma gramática

especificada que estabeleça o sofrimento legítimo de ser reintegrado à ordem nacional por meio de processos de reassentamento.

O desenvolvimento de uma gramática específica para os testemunhos dos solicitantes de refúgio e refugiados é o tópico central da análise crítica que compõe a terceira parte da obra – *Narrações, Silêncios e Segredos*. A partir de uma ênfase nos modos narrativos solicitados para compor as histórias de refúgio dos sujeitos administrados, Ângela Facundo nos conduz pelos meandros dos processos testemunhais que buscam obter uma suposta verdade através daquilo que é alegado para ativar a solicitação de refúgio – mas também durante todo o processo. Assim, por meio de diferentes dispositivos narrativos, orais e textuais, os agentes responsáveis por produzir aqueles que serão recebidos como refugiados se empenham em revelar supostas verdades e mentiras em relação ao próprio sujeito e à sua história de perseguição. Conforme nos diz Ângela Facundo, “desde o início do processo e nas suas diversas etapas, é feito um apelo à palavra do solicitante que funciona como o combustível que ativa um dispositivo de busca da verdade desejada” (p. 197). A partir de uma perspectiva foucaultiana, a autora reflete sobre este processo de busca da verdade desde uma lógica de governança das populações produzidas e administradas como refugiadas, que exige desses sujeitos uma espécie de confissão ou depoimento sobre aquilo que motivou sua fuga. A produção desta narrativa confessional funciona, então, como um discurso de verdade que é visto como necessário para o reconhecimento do próprio sujeito.

A necessidade de produção e legitimação de um dado discurso como a história verdadeira do refúgio está baseada, conforme nos diz a autora, em uma desconfiança sobre os sujeitos que não se restringe ao campo burocrático e administrativo do refúgio, mas que está presente em diversas relações sociais que envolvem sistemas de assistência estatal. Nesse sentido, a desconfiança serve de base às interações com sujeitos que “estão em uma situação de desvantagem econômica, social e simbólica em relação não apenas à sociedade

de doadores sociais ou econômicos, mas aos funcionários que decidem e regulam a entrega de tais bens” (p. 199). Apesar desse contexto mais amplo e sistemático de desconfiança sobre populações marginalizadas, a autora nos leva a refletir sobre desconfianças específicas relacionadas ao sujeito candidato ao refúgio ou ao reassentamento. Dentro deste quadro mais restrito é possível pensar, por exemplo, sobre o próprio fundamento do refúgio por elegibilidade, que se encontra diretamente articulado a uma análise de credibilidade. Por meio desta, são estabelecidas premissas e significados sobre a experiência autêntica do refúgio a fim de reconhecer o refugiado verdadeiro ou genuíno – em contraposição ao migrante econômico que poderia pôr em risco o caráter diferenciado da proteção por meio do estatuto do refúgio. Também é possível pensar sobre as desconfianças produzidas no âmbito dos nacionais do país de acolhida, os quais frequentemente expressam suas dúvidas em relação às razões da fuga e à legitimidade da permanência de um refugiado, muitas vezes percebido como competidor por recursos escassos. Assim, e conforme nos diz a autora em referência à perspectiva de Daniel e Knudsen (1995), “a desconfiança a respeito da situação de refúgio torna-se uma forma de estar no mundo” (p. 199). A desconfiança se apresenta, então, como a base do universo institucional do refúgio, ainda que seja também aquilo que deve ser afastado por meio dos processos de busca pela verdade.

O regime de busca pela verdade que permeia o campo do refúgio se baseia na determinação da condição autêntica do solicitante: se ele é ou não, de fato, um refugiado ao qual poderão ser atribuídos os devidos direitos e deveres, permitindo a “não-contaminação” do estatuto do refúgio – abstração máxima a ser defendida, no processo de elegibilidade, das possíveis contaminações de sujeitos que buscam se beneficiar de uma proteção à qual não têm direito por não serem refugiados genuínos ou autênticos. Nas práticas e políticas diárias do universo institucional do refúgio, conforme nos apresenta Ángela Falcundo, este esforço de separação categórica entre os rótulos de refu-

giado e migrante econômico parecem não corresponder às realidades das vidas dos sujeitos. Assim, a partir das narrativas dos solicitantes e refugiados também é possível refletir sobre a impossibilidade de separar com clareza processos políticos, econômicos e sociais que estão em grande medida interligados na origem da fuga. Apesar disso, os processos administrativos e burocráticos permanecem voltados para a fragmentação das narrativas dos solicitantes e refugiados, com o objetivo de moldá-las segundo “critérios de verdade que previamente foram estabelecidos para definir a figura do refúgio” (p. 206). Nesse sentido, as exigências processuais do recontar exaustivo das histórias através de variadas entrevistas orais e preenchimento de formulários funcionam como mecanismos de adaptação (e exclusão) do testemunho dos sujeitos aos critérios de verdade já estabelecidos, legitimando e qualificando a dor como “uma dor digna do refúgio” (p. 207).

Nos esforços narrativos desse universo institucional do refúgio não é questionado, então, a existência de uma verdade no sujeito e de uma correspondência entre aquilo que é narrado e aquilo que é vivido – ou, ainda, entre o narrado e o sujeito que o narra. Em decorrência disso, e conforme critica a autora, “se desdobra a necessidade expressada por algumas profissionais de cavar, extrair e verificar, como ações que permitiriam chegar ao mais profundo da pessoa, em uma espécie de trabalho arqueológico que faria emergir o que está dentro dele” (p. 242). No seio desse processo de busca pela verdade, a produção de provas, a exposição documental, a pesquisa fundamentada, as marcas corporais e as expressões comportamentais são instrumentos de validação de uma história autêntica de refúgio ou, como afirma Facundo, da “autenticidade do sujeito que é quem disse ser” (p. 251). Valendo-se de uma análise crítica desse cenário social e burocrático, a autora se afasta da possibilidade de uma reconstrução completa e perfeita entre o vivido e o narrado, entre o testemunho e o sujeito, considerando que as narrativas são criações – “uma montagem dos diferentes elementos dos quais se dispõe e se julga oportuno usar [...]” (p. 250). É, assim, a

partir dessa discussão, que Ângela Facundo nos permite refletir sobre a impossibilidade de acesso à verdade do refugiado e sobre os processos de construção de uma verdade pré-determinada que funcione como um modelo para histórias de refúgio bem-sucedidas.

Por último, mas não menos importante, emerge a discussão proposta pela autora sobre os ritmos e tempos do refúgio em que debate-se como um dos marcadores do exílio pode ser compreendido a partir da suspensão ou interrupção do tempo que caracterizava o espaço do cotidiano dos sujeitos. Nesse contexto, chama atenção a ideia de uma ruptura temporal ou da constituição de ritmos específicos que atuam nos processos de performance da figura do refugiado e da experiência do refúgio. A autora enfatiza, assim, os diferentes aspectos temporais envolvidos nas etapas de um processo de refúgio, com seus tempos de espera, seus prazos burocráticos, além dos ritmos esperados para a integração dos sujeitos e para a administração dos benefícios financeiros. A categoria temporal emerge aqui também em articulação com a perspectiva da provisoriedade que caracteriza a figura do refúgio – “provisoriamente essa que termina por se prolongar e se eternizar como a condição que marca as filiações temporais e restritas que são outorgadas na sociedade brasileira a esses sujeitos refugiados e a muitos outros imigrantes” (p. 282). Em contraste com esse caráter provisório que Ângela Facundo enfatiza, teríamos a afirmação discursiva oficial do caráter definitivo dos processos de reassentamento, definidos pelo próprio ACNUR como uma solução duradoura para o ‘problema’ dos refugiados. Apesar dessa distinção discursiva entre os ritmos do refúgio por reassentamento e do refúgio por elegibilidade, permanece nas realidades dos sujeitos em ambas as situações a descrição da gestão do tempo como uma gestão das precariedades, sempre alardeadas e continuamente exibidas pelos administradores. Conforme nos diz a autora, “parece que, ao estabelecer um vínculo com o universo institucional do refúgio, as pessoas se encontram, de repente, congeladas ou colocadas em câmera lenta em um terreno pantanoso de dificuldades e carências” (p. 284).

ISSN: 2238-9091 (Online)

Além da gestão das precariedades, os diálogos da pesquisadora com solicitantes e refugiados apontam para um tempo também marcado pelo exercício de poder sobre as capacidades de decisão e sobre a autonomia dos sujeitos administrados. Por meio de uma espera praticamente ilimitada em relação a diversos detalhes do cotidiano das pessoas, desde a entrega de benefícios até a emissão de encaminhamentos burocráticos, os agentes dispersos do refúgio exercem seu poder de anular a capacidade de decisão dos sujeitos sobre a condução de suas próprias vidas. A partir dos seus encontros com solicitantes e refugiados, Ângela Facundo nos traz, assim, um pouco daquilo que foi expresso pelos sujeitos como uma sensação de humilhação, frustração e raiva, tendo em vista os diferentes ritmos e tempos da grande espera que constitui o refúgio. As narrativas dos sujeitos sobre a experiência vivida do refúgio, em contraposição aos discursos oficiais sobre o tempo da espera como um tempo sem prejuízos para os solicitantes e refugiados, funcionam como “uma denúncia do tempo – particularmente da lentidão – como um elemento de castigo e de sofrimento por meio do qual se constroem refugiados” (p. 362).

Por meio dessa etnografia cuidadosa dos processos de refúgio no Brasil, com especial ênfase sobre os sujeitos colombianos em exílio no país, a obra de Ângela Facundo nos apresenta não somente uma compreensão ampla e, ao mesmo tempo, detalhada, dos diferentes processos, etapas, atores e relações no universo institucional brasileiro do refúgio, mas também uma visão crítica da condição refugiada a partir do local. A autora nos chama a atenção, por meio de análises tecidas a partir de encontros e diálogos com os sujeitos no campo, para uma teia de relações e tecnologias de governo e gestão de pessoas que fazem do refúgio um “registro possível do sofrimento” (p. 365). Tal possibilidade de registro, porém, emerge do texto em meio à compreensão de que o esforço administrativo e burocrático de gerenciamento dos sujeitos é incapaz de apreender as dores que escapam a qualquer controle e se manifestam no cotidiano das pessoas. A partir

de um olhar atento aos cotidianos e às próprias práticas dos processos de refúgio, a autora faz vir à tona não apenas um “estado de confusão generalizada” (ORDONEZ, 2008) nos diferentes espaços administrativos, como também narrativas e testemunhos que nos levam para longe dos discursos oficiais – em clara disputa, ainda que desigual, sobre a capacidade de produção de imagens sobre a condição refugiada e o refúgio enquanto experiência vivida.

É, assim, como contribuição significativa para o campo das migrações e do refúgio, que esta obra traz questionamentos e incômodos acerca da transposição das experiências vividas pelos sujeitos para o espaço (e o discurso) da administração pública. A autora nos mostra, nesse contexto, como tal administração reproduz traumas e sofrimentos a partir dos seus esforços de categorização dos sujeitos, de comparação das situações de espólio e precariedade, de manutenção de ritmos e tempos específicos de suspensão da vida cotidiana, e de obrigação do retorno em forma de alguma espécie de gratidão e reconhecimento ao Estado e seus atores dispersos. Mais do que uma reprodução constante de sofrimentos, o estatuto do refúgio emerge aqui como “o preço da pertença à nação” (p. 367) que faz uso do sofrimento como ferramenta de reintegração a um novo lugar estatal. Nesse sentido, Ángela Facundo nos apresenta a mobilidade dos sujeitos, seus encontros com autoridades de fronteira, as relações conturbadas com a burocracia dos formulários e entrevistas, e toda a manutenção das precariedades sob a forma de uma gestão da escassez, enquanto processos construídos como necessários para a restauração do vínculo de pertencimento nacional dos sujeitos.

Referências

- BUTLER, J.; SPIVAK, G. *Who sings the nation-state?* Language, politics, belonging. Oxford: Seagull Books, 2007.
- DANIEL, V. E.; KNUDSEN, J. C. Introduction. In: DANIEL, V. E.; KNUDSEN, J. C. (Org.). *Mistrusting Refugees*. Berkeley: University of California Press, 1995. p.1-12.

FASSIN, D. Humanitarianism as a Politics of Life. *Public Culture*, v.19, n.3, p.499-520, 2007.

FOUCAULT, M. *Il faut défendre la société*. Cours au Collège de France. Paris: Seuil; Gallimard, 1976. (coleção Hautes Études).

_____. Verdad y poder. Un diálogo sobre el poder. Madrid: Alianza, 1981.

_____. El sujeto y el poder. *Revista Mexicana de Sociología*, Ciudad de México, v.50, n.3, p.3-20, jul./sep., 1988.

_____. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

MALKKI, L. *Purity and Exile: violence, memory, and national cosmology among Hutu refugees in Tanzania*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

MOULIN, C. Entre liberdade e proteção: refugiados, soberanos e a lógica da gratidão. Memórias do 33 *Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambu, 2009.

ORDONEZ, T. The State of Confusion. Reflections on Central American Asylum Seekers in the Bay Area. *Ethnography*, v.9, n.1, p.35-60, 2008.

SAID, E. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. *Orientalismo: o Oriente como Invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2003.

WEBER, M. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1982.

Nota

- 1 Doutoranda em Relações Internacionais pelo Instituto de Relações Internacionais (IRI) da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Brasil. N° Orcid 0000-0001-9951-5271. E-mail: flaviacastro.uff@gmail.com